

Ascensão da China e o Realismo Ofensivo: A Visão de Mearsheimer e o Executivo Norte-Americano

*Tiago Matos*¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo averiguar a importância dos pressupostos teóricos apresentados pela teoria realista ofensiva de John J. Mearsheimer para o pensamento governamental estadunidense, a fim de avaliar se há convergência entre o pensamento do autor e as visões expressas em documentos oficiais norte-americanos. Para isso, serão analisadas três séries de documentos produzidos pelo executivo norte-americano- sendo eles os “Relatórios anuais para o Congresso”, a “Estratégia de Segurança Nacional” e a “Estratégia de Defesa Nacional” - a fim de verificar se há pontos de concordância entre estas duas visões acerca do fenômeno chinês. Ao final, chega-se à conclusão de que há, sim, convergência de pensamento entre estas duas instâncias tratadas aqui, mas com importantes exceções, principalmente em relação à centralidade da questão na agenda de segurança e no papel de outros países no plano de contenção chinesa.

Palavras-chave: China; Realismo ofensivo; EUA; Política externa;

¹ Aluno de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade de Minas Gerais PUC- Minas

1 Introdução

O extraordinário crescimento chinês ocorrido ao longo do século XXI suscita diversas dúvidas acerca de qual será o papel da China na nova configuração do cenário internacional. De um modo geral, analistas políticos e acadêmicos de Relações Internacionais divergem sobre os princípios que regem o ressurgimento do país asiático enquanto uma possível nova potência e, principalmente, se este processo se dará por meios pacíficos ou necessariamente conflituosos (YEE, 2010).

Das diversas teorias que tentam prever como a ascensão chinesa ocorrerá, a elaborada por John J. Mearsheimer destaca-se entre as mais relevantes. Partindo de uma análise ligada à vertente realista das Relações Internacionais, Mearsheimer alega que o crescimento econômico chinês levará, inevitavelmente, a uma busca por maior relevância deste país no âmbito militar, o que desencadeará uma reação vigorosa por parte dos Estados Unidos da América a fim de resguardar sua influência no globo. Logo, para Mearsheimer, a ascensão chinesa não poderá ocorrer de maneira pacífica (MEARSHEIMER, 2001; 2005).

A análise de autor, no entanto, convive com diversas outras interpretações possíveis no que tange à ascensão chinesa. Logo, faz-se necessário compreender qual a relevância do pensamento realista ofensivo nos órgãos governamentais de relevância para a tomada de decisão norte-americana. Tendo em vista esta necessidade, este artigo propõe-se a avaliar se há presença dos pressupostos teóricos encontrados no realismo ofensivo de Mearsheimer em documentos oficiais recentes do governo estadunidense. Para isso, analisam-se três documentos cruciais para a compreensão da visão do executivo norte-americano sobre o tema, sendo eles os “Relatórios Anuais para o Congresso: Desenvolvimento militar e de segurança envolvendo a República Popular da China”, e “Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos da América”, produzidos pelo Departamento de Defesa dos EUA, e o documento “Estratégia de Segurança Nacional dos EUA”, produzido em nome do Presidente norte-americano.

Vale ressaltar, no entanto, que o escopo deste artigo não é avaliar as ações tomadas pelo governo norte-americano frente à chamada ascensão chinesa e nem se estas ações condizem ou não com a teoria de Mearsheimer ou com as diretrizes

adotadas pelos órgãos aqui tratados. O foco é a análise discursiva e de base teórica, a fim de averiguar semelhanças e discrepâncias entre um autor proeminente no campo das Relações Internacionais e as percepções práticas demonstradas em discurso por parte de um importante setor da política estadunidense.

2 O Pensamento de Mearsheimer e o Realismo Ofensivo

O realismo ofensivo origina-se na tradição realista das Relações Internacionais. Afastando-se do chamado “realismo clássico”, típico de autores como Morgenthau e Kissinger, a teoria de Mearsheimer surge como uma variação do Realismo Estrutural inaugurado por Waltz (1979). Compartilhando do pressuposto de que a estrutura (Sistema Internacional) constrange a ação das unidades (Estados), Mearsheimer desconsidera características individuais desses Estados, tais como fatores culturais e tipos de regime, centrando-se na capacidade material como principal fator de análise. Assim, o autor defende ser a busca de poder a única maneira para que uma grande potência sobreviva em um ambiente anárquico como o sistema internacional (MEARSHEIMER, 2013; LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009).

Esta busca por poder diferencia a teoria proposta por Mearsheimer do realismo estrutural de Waltz (1979) - por isso chamado também de “realismo defensivo”. Isso ocorre porque, para Waltz, os Estados são maximizadores de segurança, adquirida pela manutenção do *status quo* via *balança de poder*, enquanto para Mearsheimer, os Estados são *maximizadores de poder* (LABS, 1997; MEARSHEIMER, 2013; 2001, p.35). Logo, é fundamental compreender a diferenciação entre estes termos.

O conceito de “maximizador de segurança” inferido pela teoria de Waltz implica que o objetivo do Estado é concentrar força (capacidade material e bélica) o suficiente apenas para manter o seu posicionamento na distribuição total de poder no sistema. A acumulação de poder que supere este objetivo e que, portanto, altere a distribuição de poder já existente, levaria os outros Estados do sistema internacional a se sentirem ameaçados, motivando-os, assim, a se unirem para combater este Estado visto como desafiante. Por meio dessa balança de poder, o sistema internacional pode-se manter relativamente estável. Assim, a busca por poder excedente tornaria o Estado menos seguro, devendo este comportamento ser evitado (WALTZ, 1979).

Já para o realismo ofensivo, o que procura-se maximizar é o poder *per se*. De acordo com esta abordagem, isso ocorre por que os Estados não podem cometer erros de cálculo sobre o quanto de poder é suficiente, já que o que está em pauta é a sua sobrevivência. Fatores como inovação tecnológica, por exemplo, podem alterar subitamente a distribuição de capacidades no sistema internacional, afetando as grandes potências, já que precisam garantir sua sobrevivência por si só por estarem em um sistema de autoajuda- ou seja, que não existe uma autoridade central para se recorrer, caso haja necessidade de proteção. Ademais, com uma diferença substancial de poder, outros Estados se sentirão dissuadidos de tentarem ameaçar ou ir contra a potência hegemônica. Logo, é mais seguro buscar o máximo de poder possível, o que significa que os atores tendem a se comportar, sistemicamente, de maneira agressiva para com os outros, sempre desconfiando de suas intenções e movimentos no ambiente internacional.

Esta busca por poder leva a grande potência a tentar tornar-se um *hegemon*, ou seja, a única grande potência existente no globo. Tornar-se um *hegemon*, no entanto, não é tarefa facilmente alcançável. Isso se dá graças à dificuldade gerada pelos “grandes corpos d’água”, que são responsáveis por impedir a projeção de força de uma nação sobre outro continente diferente do seu. Estes grandes corpos d’água podem ser oceanos, no caso da separação entre continentes, ou mesmo porções relativamente menores, como o Canal da Mancha, por exemplo, que separa Grã-Bretanha da Europa continental (MEARSHEIMER, 2001).

A presença destas barreiras naturais é crucial para definir o papel dos diferentes tipos de poder militar disponíveis aos Estados. Mearsheimer cita quatro categorias de poder militar: *poder independente naval*, *poder estratégico aéreo*, *poder terrestre e armamentos nucleares*. Por meio de análises históricas de diversos conflitos interestatais, o autor afirma que o poder terrestre é o mais eficiente e preferível dentre as quatro categorias citadas. Assim, sempre que possível, o Estado deve buscar a superioridade na balança de poder terrestre em sua região. Porém, os grandes cursos d’água minam a eficiência do aparato terrestre em projetar força além destas barreiras naturais. Logo, é esperado de uma grande potência tanto a busca pela hegemonia regional, na qual seja possível expandir sua influência,

quanto a tentativa de evitar que potências concorrentes tornem-se hegemônias em seus respectivos continentes (MEARSHEIMER, 2001).

Fica evidente, portanto, como o conceito de poder exerce papel fundamental na teoria realista ofensiva. Para Mearsheimer, é necessário compreender a ideia de poder latente, que reúne, principalmente, dois fatores: a dimensão populacional do Estado e seu poderio econômico. O fator populacional, porém, é deixado em segundo plano, já que, para o autor, o fator econômico pode ser convertido mais facilmente em poder militar. Embora não exista equivalência direta entre capacidade econômica e capacidade militar, tendo em vista que “(...) todas as grandes potências são ricas, porém nem todos os Estados ricos são grandes potências” (MEARSHEIMER, 2001, p. 79), um grande poderio econômico indica que o Estado tem elevado poder latente e, por isso, é racional supor que este Estado pode vir a se comportar como uma grande potência (MEARSHEIMER, 2001).

De acordo com o autor, a busca pelo poder e pela hegemonia é feita por meios específicos. Para a aquisição de poder, o uso da guerra e o uso de chantagem são os dois principais utilizados. Para conter um Estado rival, os principais meios são o balanceamento (*balancing*)- na qual o Estado ameaçado arca com os custos de neutralizar a ameaça sofrida, e a atribuição de responsabilidade (*buck-passing*), no qual o Estado ameaçado se utiliza de um terceiro Estado para lidar com a ameaça, sendo, assim, o menos oneroso de todas estratégias citadas (MEARSHEIMER, 2001).

Tendo esses pressupostos teóricos como fundamento, Mearsheimer avalia o comportamento das grandes potências ao longo da história recente, com ênfase no eixo Europa/América do Norte. Exemplos foram o regime belicista napoleônico, o expansionismo pós-unificação alemã, a política externa agressiva das potências do que viria se tornar o Eixo (Alemanha, Japão e Itália) e a política soviética pós-1945. Todos estes exemplos dados têm em comum a semelhante característica de terem sido Estados revisionistas do status quo em seus respectivos contextos históricos, pretensões hegemônicas regionais e adversários dos poderes dominantes das suas respectivas épocas (notadamente Inglaterra e Rússia no caso napoleônico; a Inglaterra, França e Rússia, no caso pré-Primeira Guerra; Inglaterra, França e EUA, até 1945; e o predomínio dos EUA no período da Guerra Fria (MEARSHEIMER, 2001).

Com este panorama da história contemporânea, Mearsheimer apresenta a situação sistêmica do começo do século XXI, reconhecendo esta mesma dinâmica na relação entre os EUA, saído vencedor da Guerra Fria, e a China, que vem crescendo impressionantemente desde o final do século passado. Embora não considerando ainda a China como superpotência, o autor evidencia que o país reúne tanto uma população elevada quanto um crescimento econômico vigoroso. Logo, Mearsheimer alega que, inevitavelmente, o Estado chinês tentará converter este poder latente em poder militar, tornando-se assim o principal rival dos EUA em seu projeto de exercer hegemonia no globo. Assim, a China possui os elementos que a caracterizam como um estado desafiador do *status quo*, sendo esses a combinação de poder latente e de poder terrestre (LOBELL; RIPSAN; TALIAFERRO, 2009, p. 48).

Com isso, de acordo com a teoria realista ofensiva, os EUA serão impelidos a barrar o avanço chinês no continente asiático, minando a possibilidade da China tornar-se uma hegemonia regional. Como a sobrevivência das grandes potências só pode ser garantida pelo exercício de uma hegemonia regional, em primeira instância, seguida de uma hegemonia global, a ascensão chinesa enquanto potência regional vincularia esta questão à própria sobrevivência dos EUA enquanto Estado, o que os impeliria a agir de modo a barrar a consolidação desta hegemonia (MEARSHEIMER, 2001).

Em um artigo para a revista *The National Interest*², Mearsheimer aprofunda-se na sua previsão de que a ascensão chinesa não será pacífica. Um de seus argumentos principais é que um possível conflito armado entre EUA e China é mais provável do que fora um conflito entre EUA e União Soviética durante o período de Guerra Fria. Isto ocorre tanto por causa das condições geográficas da Ásia quanto pelas características da distribuição de poder mundial atual. Em relação à geografia, a importância da Europa como possível palco de conflito na Guerra Fria foi maior para os EUA do que é o custo de um conflito na região asiática atual. Isso diminui o poder de dissuasão que as armas nucleares têm atualmente, caso comparado ao papel restritivo que o medo de escalonamento nuclear exerceu no século passado.

² Artigo que mais tarde foi acrescentado integralmente como um capítulo à parte na edição atualizada de 2014 da sua principal obra “A Tragédia da Política das Grandes Potências”, de primeira edição de 2001.

Além disso, a estrutura bipolar de distribuição de poder característico da Guerra Fria garantiu maior estabilidade ao sistema, ao contrário da estrutura multipolar não-balanceada atual (MEARSHEIMER, 2014c).

Tentando antecipar seus possíveis críticos, Mearsheimer apresenta os dois principais argumentos que poderiam advogar pela possibilidade de paz entre as duas potências no futuro próximo: a abordagem culturalista focada na matriz confucionista da civilização chinesa e a teoria da interdependência econômica. Em uma análise que enfatiza os fatores materiais e estímulos sistêmicos, o autor afirma que nem a tradicional visão confucionista baseada no pacifismo e diálogo, nem as motivações comerciais dos agentes econômicos poderiam ser capazes de arrefecer a possibilidade de um conflito futuro entre uma China emergente e os EUA comprometidos com a manutenção do status quo internacional (MEARSHEIMER, 2014c).

Em suma, Mearsheimer dá pouca atenção para a integração chinesa ao comércio internacional ou mesmo possíveis reviravoltas democráticas na política interna do país. Estas variáveis não alterarão o comportamento da China, de acordo com a teoria realista ofensiva, já que o que importa para esta teoria são os esforços do Estado em sobreviver no sistema internacional, sendo o meio para atingir este fim apenas os elementos materiais já citados (MEARSHEIMER, 2001).

Para barrar a ascensão chinesa, Mearsheimer esclarece qual deveria ser o papel de outros atores estatais no plano norte-americano. Em um artigo visando a aconselhar o então eleito presidente Donald J. Trump, o autor faz uma breve apologia ao realismo político em detrimento do modelo de “hegemonia liberal”, aconselhando Trump a adotar uma perspectiva mais realista na condução de sua política externa. Neste artigo, Mearsheimer analisa a participação norte-americana em diversas questões relevantes, tais como a guerra na Síria, o combate ao terrorismo, a situação no Golfo Pérsico, a intervenção na Ucrânia, entre outros temas. No que tange à relação entre Rússia e EUA, Mearsheimer releva a histórica rivalidade, argumentando que estes dois Estados deveriam unir-se para combater a ascensão da China. Em suas palavras:

Trump deveria, também, realizar um esforço conjunto para melhorar as relações com a Rússia, já que o país não é uma séria ameaça aos interesses americanos. De fato, os dois países deveriam ser aliados, já que ambos possuem interesses em comum em combater o terrorismo, colocar um fim ao conflito na Síria e evitar que o Irã (e outros países) adquiram armas nucleares. E o mais importante, os Estados Unidos necessitam da Rússia para ajudá-los a conter uma China em ascensão. Dado o histórico de competição entre Rússia e China, e a longa fronteira partilhada, é provável que Moscou una-se a este esforço uma vez que Washington abandonar a desorientada política externa que tem aproximado (Rússia) a Beijing (MEARSHEIMER, 2016b, online. Tradução nossa).

Seguindo a lógica apresentada por Mearsheimer (2001), a Rússia partilharia da motivação em barrar a ascensão chinesa, já que o país também é um candidato à hegemonia no continente Euroasiático. Em uma situação ideal, a Rússia aceitaria a ajuda de uma potência fora de sua região a fim de perseguir a hegemonia em sua própria área de influência. Nesse sentido, os EUA beneficiaram-se em ter um aliado na contenção de um rival como a China, assim como a Rússia também beneficiaria-se de um aliado extra regional. Vale lembrar, contudo, que o objetivo norte-americano não é a troca de uma hegemonia asiática chinesa por uma russa euroasiática, mas sim impedir que qualquer um destes rivais consiga consolidar este objetivo, já que, para os EUA, é mais vantajoso ter duas ou mais potências lutando entre si pela predominância de uma região distante do que apenas uma dessas potências alcançar o status de hegemonia regional, sendo esta estratégia denominada de *offshore balancing* (MEARSHEIMER, 2001, p.141).

Ainda sobre o papel da Rússia, Mearsheimer cita os desdobramentos da questão da Ucrânia como fatores importantes para a inclusão russa na estratégia norte-americana em relação à China. O autor assume que três variáveis resultantes da ação do Ocidente³ foram responsáveis pela resposta russa na Ucrânia: o alargamento da OTAN, a expansão da União Europeia e a promoção da democracia (MEARSHEIMER, 2014b). Assim, a crise na Ucrânia seria responsabilidade do Ocidente, já que o governo russo fora pressionado a agir a fim de impedir a crescente influência estrangeira em uma região de interesse estratégico fundamental para o país. Além disso, o envolvimento dos EUA nesta questão fora um grave erro

3 Chamadas pelo autor de “West’s triple package of policies” (MEARSHEIMER, 2014a, p.4; 2014b, p. 175).

dos tomadores de decisão norte-americanos, já que o aprofundamento dessa crise resultou em uma maior aproximação entre Rússia e China (MEARSHEIMER; WALT, 2016, p. 76).

Em relação aos outros países asiáticos, Mearsheimer não acredita que os vizinhos da China poderiam desempenhar papéis relevantes em barrar o avanço chinês. Em suas palavras:

O ideal seria que Washington pudesse contar com os países da Ásia para conter a China, mas essa estratégia não funcionará. Não somente a China provavelmente será, de longe, mais poderosa que seus vizinhos, mas também estes países estão localizados distantes uns dos outros, o que torna difícil para eles formarem uma balança de coalizão efetiva. Os Estados Unidos terão que coordenar estes esforços e disponibilizar consideravelmente seu suporte a eles. A liderança norte-americana será indispensável para lidar com uma China enquanto crescente potência (MEARSHEIMER, 2016b, online. Tradução nossa).

Logo, a região asiática deverá contar com a forte presença militar norte-americana. Para que isto seja possível, é necessário que a atenção e os recursos militares dos EUA não estejam dispersos em outras regiões do globo. Neste sentido, manter relações que não resultem em tensão entre Rússia e EUA, principalmente no que se refere à ação da OTAN, possibilitaria a concentração dos EUA em seu verdadeiro rival. Como Mearsheimer escreve:

China é um potencial competidor, e tudo que é necessário para que os Estados Unidos foquem sua atenção na Ásia é uma crise maior na região. (...). Nós estamos passando, pela primeira vez em nossa história, por uma transformação fundamental nas nossas prioridades estratégicas. Ásia se tornará a área mais importante para os Estados Unidos, com o Golfo Pérsico tornando-se a segunda área mais importante, e a Europa se tornará a terceira. Assim, se a China continuar a ascender, certamente nós nos concentraremos (lá). E isto significa que iremos reduzir drasticamente nossa presença na Europa, e nos tornaremos muito menos interessados na Europa do que nós já estivemos ao longo da história (MEARSHEIMER, 2016a, p.31. Tradução nossa).

Em resumo, para Mearsheimer, o papel da Rússia no plano americano é fundamental por dois fatores. O primeiro é converter a Rússia em um possível aliado dos EUA na contenção da ascensão chinesa. O segundo é manter a paz na Europa, o que permitiria aos norte-americanos focar sua presença militar na Ásia, que será

a região mais desafiadora para os interesses geoestratégicos estadunidenses. Esta parte é fundamental, tendo em vista a falta de capacidades materiais dos vizinhos chineses caso fosse necessário impedir o avanço da China na região.

Em relação ao Oriente Médio, Mearsheimer adverte que a China tentará intensificar sua atuação na região, além de construir alianças no Golfo Pérsico. De todos os possíveis aliados, o Irã seria o mais provável. Vale ressaltar que o autor advogou uma política de *offshore balancing* para os Estados Unidos ao longo das décadas passadas, na qual os norte-americanos não deveriam interferir na região, aceitando a paz regional por meio da balança de poder entre Irã e Iraque, e restringindo-se ao papel de não permitir que outros atores influenciassem ou interferissem naquela área. Assim, Mearsheimer reitera a necessidade de impedir a participação chinesa na região, além de evitar ao máximo uma cooperação em matéria de segurança entre Irã e China (MEARSHEIMER, 2001, p.141; MEARSHEIMER; WALT, 2016).

3 Visões Oficiais do Governo Norte-Americano sobre a Ascensão Chinesa

Tendo em vista os pontos apresentados, faz-se necessário averiguar se há consenso entre a visão de Mearsheimer sobre a ascensão chinesa e as interpretações de agências e órgãos oficiais do governo norte-americano. Um dos documentos que podem ser usados para compreender o posicionamento norte-americano sobre o tema são os “Relatórios Anuais para o Congresso: Desenvolvimento militar e de segurança envolvendo a República Popular da China”, produzidos pelo Departamento de Defesa dos EUA, anualmente, desde 2003. Composto por pareceres públicos e pareceres confidenciais, os documentos visam a tratar do desenvolvimento chinês nos campos militares e de segurança, assim como questões de estratégia militar que poderão ser adotadas pelo país (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017).

O discurso chinês sobre sua própria conduta no cenário regional é recorrentemente apresentado nos documentos. No relatório de 2014, reconhece-se a preocupação da China em tornar público que seu comprometimento com a paz condiz com a imagem de país que reage assertivamente apenas quando sua própria integridade nacional é ferida; ademais, o relatório de 2017 cita o comprometimento estadunidense em “continuar a monitorar a evolução da estratégia militar, doutrina e desenvolvimento de poder (...)” (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p.85. Tradução nossa).

Apesar dessas menções aos fatores discursivos, a visão norte-americana apresentada pelos documentos claramente foca menos na importância da análise do referido discurso em detrimento da análise baseada no comportamento chinês por meio de suas próprias ações. Assim, a imagem da China como um país não-desafiante do *status quo* é encarada como uma tática para não levantar suspeitas dos outros Estados sobre a ação chinesa, sendo a falta de transparência em questões relativas ao seu gasto militar, somado às ações agressivas frente aos seus pleitos territoriais pendentes, indicadores das reais intenções chinesas na região (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2014)

O relatório de 2017 chama a atenção para a expansão de bases militares chinesas extra território. Relembrando a inauguração de uma base naval em Djibouti, em 2016, o texto propõe que seja razoável esperar novas iniciativas semelhantes, como novas instalações navais em territórios aliados ao país. Embora ressaltando o papel não-militar que estes empreendimentos possam vir a executar, como apoio logístico em operações comerciais ou em missões humanitárias, fica clara para os EUA a importância dessa iniciativa para o fortalecimento da capacidade chinesa em projetar força para além de suas fronteiras nacionais (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p.5).

Ainda sobre a marinha chinesa - chamada de Marinha do Exército de Libertação Popular -, este mesmo relatório enfatiza que a modernização militar ampliará a capacidade de defesa marítima do país. Dividindo o alcance da marinha em “mar próximo”, termo que compreende a primeira cadeia de ilhas próximas à costa chinesa, passando por Taiwan, e “mares distantes”, que são as águas além desta primeira cadeia, o relatório afirma que haveria uma mudança estrutural na

capacidade chinesa, anunciada em 2015, que auxiliaria na transição da tradicional defesa do mar próximo para uma:

estratégia híbrida de defesa do mar próximo e proteção dos mares distantes, com a Marinha do Exército de Libertação Popular conduzindo exercícios operacionais para além da primeira cadeia de ilhas, com sustentáveis plataformas navais multi-missões, de longo alcance e robustas capacidades de autodefesa (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p. 24. Tradução nossa)

A modernização das capacidades marítimas extrapola o âmbito militar. Em paralelo aos esforços de modernização da Marinha do Exército de Libertação Popular, o relatório atenta para o crescimento de agências civis e paramilitares, fundamentais para o suporte dos pleitos territoriais chineses em alto-mar. Assim, o aumento nas capacidades da Guarda Costeira chinesa (*China Coast Guard*) e a Milícia Marítima da China (*China Maritime Militia*), ambas com objetivos de resguardar a soberania chinesa nos territórios pleiteados pelo país, além de reforçar a vigilância contra atividades nocivas aos interesses nacionais, tais como o acesso aos recursos marinhos, coaduna com os esforços militares de reafirmar a hegemonia regional chinesa, contribuindo para inviabilizar a intervenção de outros Estados na região (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p.56).

Além disso, o relatório reafirma que a China tem adotado um comportamento mais voltado à ação global, indo além, assim, de sua histórica tradição regional. A fim de frisar esta mudança de comportamento, o relatório indica o aumento de exercícios militares conjuntos entre China e outros países, em esforços tanto bilaterais quanto multilaterais. Só no ano de 2016, foram dezessete empreitadas, com parceiros que extrapolam a região, como Arábia Saudita e Tadjiquistão. Além disso, o documento cita as missões de *peacekeeping* da ONU das quais a China faz parte, que teriam a finalidade de, entre outros fins, proporcionar experiência operacional para as forças armadas chinesas (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017). Em suma, esta mudança de foco direciona o aumento da atenção chinesa para áreas como “(...) *projeção de poder*, segurança marítima, contra-pirataria, manutenção de paz, e assistência humanitária/socorro em caso de desastres” (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p.ii. Tradução nossa, grifo nosso).

Sobre a importância dos países vizinhos em uma eventual contenção do avanço chinês, o relatório de 2017 reflete sobre a importância do apoio norte-americano aos Estados aliados aos EUA na região, citando que “os Estados Unidos continuará fortalecendo a capacidade de seus aliados e parceiros, incrementado a cooperação regional, e aprofundando parcerias para a manutenção de um ambiente estável e seguro em matéria de segurança no Pacífico asiático” (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017, p.85. Tradução nossa).

Outro documento oficial de grande valia é a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, escrito pelo ramo executivo do governo, em nome do presidente dos EUA, e endereçado ao Congresso norte-americano. Este documento, por tanto, diferencia-se dos Relatórios anteriormente citados, já que estes têm como característica uma abordagem mais técnica, analítica e descritiva, focada no mapeamento e acompanhamento do setor militar chinês, enquanto a “Estratégia de Segurança” representa uma macrovisão sobre as questões vistas como fundamentais na estratégia de longo prazo do país. Portanto, a fim de tornar pública a visão presidencial sobre os tópicos relativos à segurança nacional, este documento serve para estabelecer as diretrizes e fornecer as bases para a formulação de políticas específicas sobre o tema (DEPARTMENT OF STATE, 2017).

No documento de 2017, em nome do presidente em exercício Donald J. Trump, afirma-se a existência de uma competição entre as grandes potências, o que implica a busca por maior influência regional e global. A China é vista como uma potência revisionista do *status quo*, tratada de maneira análoga à Rússia enquanto rival norte-americano. Ademais, salienta-se que “China e Rússia aspiram *projetar poder* mundo afora, mas interagem principalmente com suas respectivas vizinhanças” (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 45. Tradução nossa, grifo nosso).

Além disso, colocado ao lado dos “Estados párias” do Irã e Coreia do Norte e das organizações criminosas e terroristas transnacionais, China e Rússia são citadas como parte integrante de um dos três principais eixos identificados pelo documento enquanto fonte de possíveis ameaças aos Estados Unidos. Somado a isso, o relatório relaciona a ascensão chinesa com o crescimento da corrupção no país, com o recrudescimento do autoritarismo e com a violação da soberania de territórios vizinhos (THE WHITE HOUSE, 2017).

A preocupação com fatores internos apresentados pela Estratégia de Segurança Nacional também aparece, com menor ênfase, no Relatório anual de 2017 (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017). Nele, há uma extensa explicação sobre o funcionamento e organização institucional dos órgãos governamentais voltados à atuação militar. Além disso, há uma pequena descrição do quadro-geral da cúpula militar chinesa, no qual são levantados dados e uma breve biografia dos principais membros do governo na área de defesa, como o Secretário-geral do Partido Comunista e Presidente chinês Xi Jinping, o Ministro da Defesa Nacional Chang Wanquan, o almirante da Marinha do Exército Popular de Libertação Wu Shengli e o Comandante da Força Aérea do Exército Popular de Libertação Ma Xiaotian, entre outros (OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE, 2017).

Ainda no “Estratégia de Segurança Nacional”, as esferas comerciais e econômicas são vistas como fatores que implicam diretamente na estratégia de segurança da China. Os esforços para a expansão do comércio e a criação de instalações físicas são interpretadas como meios para assegurar que os países de sua região entrem em sua órbita de influência. Os investimentos e empréstimos concedidos pela China a seus vizinhos também são percebidos como uma maneira de cooptar os países da região para sua área de influência. Logo, “(...) os investimentos em infraestrutura e as estratégias tangentes ao comércio reforçam suas aspirações geopolíticas” (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 46. Tradução nossa).

Ainda sobre o comportamento do país asiático em relação a sua região, este documento interpreta as ações chinesas tomadas no Mar do Sul da China como evidências de um comportamento expansionista às custas da soberania territorial dos países vizinhos, com potencial de geração de instabilidade regional. O projeto chinês de modernização militar é visto como uma tática que objetiva “(...) limitar o acesso dos EUA na região” (THE WHITE HOUSE, 2017, p. 46. Tradução nossa).

Além dos relatórios supracitados, há a “Estratégia de Defesa Nacional dos Estados Unidos da América”, também publicada pelo Departamento de Defesa dos EUA. Este relatório coaduna-se com o tom adotado pela “Estratégia de Segurança Nacional”. Sobre o cenário internacional, afirma-se que:

Competição estratégica interestatal, e não o terrorismo, é atualmente a principal preocupação em relação à segurança nacional dos Estados Unidos. China é um competidor estratégico que usa uma economia predatória para intimidar seus vizinhos enquanto militariza-se no Mar do Sul da China” (DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES, 2018, p.1. Tradução nossa).

Em relação ao papel que os EUA deveriam exercer na ordem mundial, este documento afirma que o objetivo do Departamento de Defesa é o de garantir que os EUA “(...) mantenham-se como o principal poder militar no mundo (e) assegure que a balança de poder permaneça favorável (...)” (DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES, 2018, p.4. Tradução nossa). Em relação a atuação norte-americana nas regiões globais, um dos principais objetivos de defesa dos EUA é “(...) manter balanços do poder favoráveis no Indo-Pacífico, Europa, Oriente Médio, e Hemisfério ocidental” (DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES, 2018, p.4. Tradução nossa).

4 Considerações Finais

Parece claro como os pressupostos e ideias apresentados nas obras de Mearsheimer permeiam parte importante do pensamento oficial norte-americano frente ao fenômeno da ascensão chinesa. Características como a preferência de análise pautadas em critérios materiais como gasto militar e número de ações militares em detrimento de fatores presentes no discurso e idiossincrasias históricas do país pautam o tom de pesquisa sobre a ascensão chinesa. Pressupostos encontrados em Mearsheimer, tais como busca pela consolidação de uma hegemonia regional, desejo por uma maior capacidade de projeção de força e inviabilidade de uma ascensão chinesa pacífica, são compartilhados por esses documentos.

Apesar dos pontos em comum, vale ressaltar a existência de discrepâncias pontuais. A principal é a centralidade da ascensão chinesa para a segurança nacional dos EUA, sendo que, para Mearsheimer, a contenção chinesa é prioridade, enquanto para os documentos oficiais tratados aqui, o tema divide a importância com outras agendas. Além disso, a visão da Rússia no processo também varia, já que, para Mearsheimer, o país deveria ser um aliado contra a ascensão da China, e portanto, deveria ser cooptado para próximo dos EUA, enquanto para o Departamento de

Defesa norte-americana e, principalmente, para o gabinete presidencial atual, a Rússia encontra-se na mesma posição de potência revisionista de que a China, sendo ambos países competidores dos EUA em matéria de segurança.

Ademais, as insinuações de que o caráter autoritário do governo chinês se relaciona com o comportamento mais assertivo do país destoa da base teórica adotada por Mearsheimer, já que, para o autor, este comportamento dá-se pelos impulsos de ordem estrutural do sistema internacional, e não por motivações domésticas (MEARSHEIMER, 2001, p.141). Ademais, embora a preocupação com a organização funcional governamental, assim como as características pessoais dos funcionários chineses responsáveis pelo assunto seja coerente com o caráter técnico dos relatórios produzidos pelo Departamento de Defesa, há pouca necessidade de análises sob esta ótica, de acordo com a percepção adotada por Mearsheimer.

Vale frisar que o escopo do artigo não permite averiguar se o plano de ação tomado pelos EUA nos últimos anos condiz com os pressupostos teóricos de Mearsheimer ou se o agir do país está em harmonia com as percepções dos órgãos aqui tratados. Para isto, haveria necessidade de um escrutínio de natureza complementar a este tipo de análise discursiva. Apesar disto, a análise dos documentos contidos no artigo e a compreensão de parte de sua base teórica nos permite especular acerca dos impactos que estas expectativas por parte dos EUA em relação ao comportamento chinês poderão ter nas ações estadunidenses futuras. Um exemplo de cenário é o de que a importância da política de *offshore balance* na contenção chinesa pelos EUA significará em um aumento de conflitos na região asiática, com o patrocínio e apoio estadunidense aos Estados vizinhos da China.

Referências

DEPARTMENT OF DEFENSE OF THE UNITED STATES. *Summary of the 2018 National Defense Strategy: Sharpening the American Military's Competitive Edge*. [S.l.: s.n], 2018, Disponível em: <<https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

DEPARTMENT OF STATE, *National Security Strategy of the United States of America* [s.n.] 2017. Disponível em: <<https://ge.usembassy.gov/2017-national-security-strategy-united-states-america-president/>>. Acesso em: 04 out. 2019.

YEE, H.S. *China's rise: threat or opportunity?*. London: Routledge, 2010.

LABS, Eric J. Beyond victory: Offensive Realism and the expansion of war aims. *Security Studies*, v. 6, n. 4, p. 1-49, 1997.

(Org.) LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the State, and Foreign Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

_____ ; WALT, Stephen M. The case for offshore balancing: A superior U.S. grand strategy. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 4, p. 70-83. July/Aug., 2016. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Offshore%20Balancing.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. Structural Realism In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: Discipline and diversity*, 3th Ed. p.77-94. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. The rise of China will not be peaceful at all. *The Australian*, Nov., 2005 Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/P0014.pdf>>. 04 out. 2019.

2019.

_____. Why the Ukraine crisis is the West's fault: The liberal delusions that provoked Putin. *Foreign Affairs*, v. 93, n. 5, p. 1-12, Sep/Oct. 2014a.

_____. Faulty Powers: Who Started the Ukraine Crisis? *Foreign Affairs*, v. 93, n. 6, p. 167-171, Nov/Dec. 2014b. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Faulty%20Powers.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. Can China Rise Peacefully? *National Interest* (online), Oct., 2014c. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. Defining a new security architecture for Europe that brings Russia in from the Cold," *Military Review*, v. 96, n. 3 p. 27-31, May/June 2016a. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Military%20Review.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. Donald Trump should embrace a realist foreign policy. *The National Interest* (online), Nov., 2016b. Disponível em: <<http://nationalinterest.org/feature/donald-trump-should-embrace-realist-foreign-policy-18502>>. Acesso em: 04 out. 2019.

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE. *Annual Report To Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China* 2014. [s.n.] Washington D.C., 2014. Disponível em: <https://archive.defense.gov/pubs/2014_DoD_China_Report.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

_____. *Annual Report To Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China* 2017. [s.n.] Washington D.C., 2017. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Document/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF >. Acesso em: 04 out. 2019.

THE WHITE HOUSE. *National Security Strategy of the United States of America*. [s.n.] Washington D.C., 2017. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/>>

wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

China's Rise and the Offensive Realism: Mearsheimer's Views and U.S. Executive Branch

Abstract: This article aims to analyze the importance of the theoretical assumptions made by John J. Mearsheimer's offensive realism theory and its presence in the U.S. official government perspective. In order to evaluate if there is convergence between the author's approach and the views expressed by official U.S. reports, it will be analyzed three series of documents produced by the executive branch of the U.S. government. In conclusion, it can be affirmed that there is convergence between the two segments covered here. Although, relevant exceptions may be pointed out, such as the importance of the issue on the security agenda and the role of other countries in counterbalancing China.

Keywords: China; Offensive realism; USA; Foreign policy;